



A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE UM ESTUDANTE NEGRO SURDO PARA O INGRESSO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

*Rafaela Alcântara Barros de Oliveira*¹

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, PE, Brasil.

*Mayra Barbosa dos Santos Rocha*²

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, PE, Brasil.

*Cledson Severino de Lima*³

Centro Universitário Maurício de Nassau, Curso de Pedagogia, Recife, PE, Brasil.

*Maria da Conceição dos Reis*⁴

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional, Recife, PE, Brasil.

Resumo: Este estudo tem como objetivo apresentar a trajetória escolar de um estudante duplamente identificado, negro e surdo, até seu ingresso em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) por meio da política de cotas. Dessa maneira, ampliamos essa discussão relacionando teoria e prática ao analisar a narrativa do estudante e fortalecer o debate sobre a política de cotas como um meio de inclusão e diminuição das disparidades econômicas e sociais através da educação. Nesse sentido, concluímos que as ações afirmativas foram decisivas para o seu ingresso na Universidade. Tendo em mente a multiplicidade de sentidos e experiências que constituem a vida de pessoas negras surdas, conseguimos nos aproximar da história de vida do estudante entrevistado,

¹ Graduada em Letras, Especialista em Libras e Educação Inclusiva da Pessoa Surda, Mestranda em Educação – PPGEdU/UFPE. E-mail: alcantara.rafaela14@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6824-400X>

² Graduada em Pedagogia - UFPE, Especialista em Alfabetização e Letramento; Mestranda em Educação – PPGEdU/UFPE. E-mail: mayra.rocha@ufpe.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1583-0133>

³ Graduado em Pedagogia e História. Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola. Mestre em Educação - PPGEdU/UFPE. E-mail: cledsonfugao@hotmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6144-1577>

⁴ Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação. Professora adjunta do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional do Centro de Educação da UFPE. Coordenadora do Núcleo de Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais da UFPE. E-mail: cecareis@hotmail.com ; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5447-5069>



que nos apresentou uma perspectiva particular, mas que reflete a existência coletiva de um grupo social.

Palavras-Chave: Ações afirmativas; Lei de Cotas 12.711/12; Identidade negra surda.

THE EDUCATIONAL TRAJECTORY OF A BLACK DEAF STUDENT FOR ADMISSION TO A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Abstract: This study aims to show the school trajectory of a student who is doubly identified, black and deaf, until his admission to a Federal Institution of Higher Education (IFES) through the quota policy. Thus, we expand this discussion by relating theory and practice by analyzing the student's narrative and strengthen the debate about the quota policy as a means of inclusion and reduction of economic and social disparities through education. In this sense, we conclude that affirmative action was decisive for his admission to the University. Considering the multiplicity of meanings and experiences that constitute the life of deaf black people, we were get closer to the life story of this student, who showed us a particular perspective, but one that reflects the collective existence of a social group.

Keywords: Affirmative Action; Quotas Law 12.711/12; black deaf identit.

LA TRAYECTORIA EDUCATIVA DE UN ESTUDIANTE NEGRO SORDO PARA INGRESAR EN UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR

Resumen: Este estudio tiene como objetivo presentar la trayectoria escolar de un alumno doblemente identificado, negro y sordo, hasta su ingreso en una Institución Federal de Enseñanza Superior (IFES) mediante la política de cuotas. Así, ampliamos esta discusión relacionando la teoría y la práctica mediante el análisis de la narrativa del estudiante y reforzamos el debate sobre la política de cuotas como medio de inclusión y reducción de las disparidades económicas y sociales a través de la educación. En ese sentido, concluimos que las acciones afirmativas fueron decisivas para su ingreso en la Universidad. Teniendo en cuenta la multiplicidad de significados y experiencias que conforman la vida de las personas negras sordas, pudimos acercarnos a la historia de vida de este alumno, que nos presentó una perspectiva particular, pero que refleja la existencia colectiva de un grupo social.

Palabras-clave: Acción afirmativa; Ley de Cuotas 12.711/12; identidad de los negros sordos.

LA TRAJECTOIRE SCOLAIRE D'UN ÉTUDIANT NOIR SOURD POUR L'ENTRÉE DANS UN ÉTABLISSEMENT D'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR.

Résumé: Cette étude vise à présenter la trajectoire scolaire d'un étudiant doublement identifié, noir et sourd, jusqu'à son admission dans un établissement fédéral d'enseignement supérieur (IFES) par la politique des quotas. Ainsi, nous élargissons cette discussion en mettant en relation la théorie et la pratique par l'analyse du récit de l'étudiant et renforçons le débat sur la politique des quotas comme moyen d'inclusion et de réduction des disparités économiques et sociales par l'éducation. En ce sens, nous



concluons que l'action positive a été déterminante pour son entrée à l'Université. En gardant à l'esprit la multiplicité des significations et des expériences qui composent la vie des personnes noires sourdes, nous avons pu aborder l'histoire de vie de cet étudiant, qui nous a présenté une perspective particulière, mais qui reflète l'existence collective d'un groupe social.

Mots-clés: Affirmative Action; Quotas Loi 12.711/12; identité noire sourde.

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta a trajetória escolar de um estudante negro e surdo até sua entrada em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) por meio da política de cotas. Buscamos analisar como as ações afirmativas contribuíram para o ingresso de um estudante negro e surdo em uma universidade pública, por meio de política pública de reparação social que é resultado das lutas dos movimentos sociais brasileiros. Desse modo, o texto reforça a importância da manutenção e renovação dessa política que completa o seu primeiro decênio no próximo ano (2012-2022) e que, junto com outras políticas afirmativas, encontra-se em dismantelo sistêmico desde o golpe presidencial de 2016 ocorrido no Brasil.

Podemos considerar que as ações afirmativas no Brasil deram seus primeiros passos a partir das Constituição Cidadã de 1988, mas que só foram alavancadas nos anos 2000. Essas ações têm por objetivo impulsionar políticas públicas direcionadas a assistir pessoas historicamente marginalizadas, as quais são maioria nesse país, inserindo-as no meio social, econômico e educacional, por exemplo. Sendo assim, entendemos as ações afirmativas como política centralizadora, protetora, reparadora e estimuladora de grupos sociais impedidos de ter acesso aos benefícios de seus esforços para construir o país a exemplo dos africanos e afrodiáspóricos escravizados no Brasil e mundo afora (OLIVEN, 2007).

Tais ações têm por objetivo criar estratégias políticas de inclusão de pessoas que representam a maioria da população brasileira e são chamadas de minoria, mas, na verdade, são a maioria desprovida do alcance de políticas públicas de inclusão social, econômica, histórica, geográfica, política e ética (SILVA e MORAIS, 2015).

Para a efetivação dessa estratégia na educação, foi regulamentada a Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, mais conhecida como a Lei de Cota, que se destina a reservar 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, baixa renda, pretos, pardos



e indígena no Ensino Superior Federal do Brasil. É uma ação afirmativa com a finalidade de maximizar o ingresso das pessoas, despidas da abrangência de política pública, ao Ensino Superior e Técnico (BRASIL, 2012).

Nessa perspectiva, buscamos conhecer a trajetória escolar de um estudante negro surdo que ingressou por esta lei em uma universidade pública federal, a fim de entender como as ações afirmativas contribuíram para o seu ingresso nessa instituição.

Para alcançarmos esse relato, procuramos o estudante em questão por ser o primeiro surdo, no Brasil, a estudar em um Colégio Militar e passar em uma Universidade Pública Federal via Lei de Cotas. Tal fato nos chamou a atenção e despertou interesse em conhecer a sua narrativa a fim de investigarmos seu percurso educativo até ingressar no Ensino Superior.

É necessário destacar que por estarmos nos referindo a um sujeito que se encontra duplamente identificado, pela surdez e pela cor da pele, precisamos atentar em nossas análises as especificidades que envolvem o ser negro surdo vivendo em uma sociedade que por vezes os marginaliza. Considerar as singularidades que fundamentam esse sujeito é imprescindível quando nos propomos a compreender as suas vivências.

Para que pudéssemos desenvolver o presente estudo traçamos caminhos teóricos que nos ajudaram a entender a perspectiva da pessoa negra surda. Desse modo, foi necessário nos aprofundarmos nos estudos que abarcam as questões identitárias que nos trazem uma visão mais ampla, considerando o sujeito em suas multiplicidades ao refletir sobre a educação de pessoas negras e surdas. A partir de concepções contra-hegemônicas e inclusivas pudemos compreender o significado que a política de ações afirmativas desenvolve para a garantia de participação social desse sujeito duplamente identificado.

Com isso, o estudo nos apontou que o sistema de cotas possibilitou a transposição de barreiras ao proporcionar a continuidade na formação do estudante entrevistado, ampliando suas perspectivas educativas. Ao ter acesso ao Ensino Superior o estudante pôde se constituir enquanto sujeito de direito.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Escolhemos o participante dessa pesquisa pelo fato de ser um estudante que se autodeclara negro e surdo, que recentemente ingressou na universidade pelo sistema de



cotas. Sua história de vida e trajetória escolar foi algo que teve bastante visibilidade e proporção nas mídias, foi assim que constituímos grande interesse em relacionar suas experiências com o que está pautado na Lei Nº 12.711/2012. Dessa forma, pudemos ampliar o debate entre teoria e prática ao analisar a narrativa do estudante e fortalecer o debate sobre a política de cotas como um meio de inclusão e diminuição das disparidades econômicas e sociais através da educação.

Para chegar ao estudante foram necessários alguns procedimentos: Primeiramente, entramos em contato por meio das redes sociais, onde foi estabelecido a comunicação inicial e, posteriormente, realizamos convite para nos conceder as informações. Submetemos um questionário que foi respondido pelo estudante e realizamos conversas informais e espontâneas através do aplicativo de interação social, *WhatsApp*. Escolhemos como meio de preservar a identidade do estudante a atribuição do nome fictício de José.

O questionário aberto foi aplicado através de formulário online (*google forms*). A ideia de um formulário online surgiu por não estarmos estabelecendo contato pessoal, devido à pandemia da COVID-19 e pelo fato do estudante preferir o questionário ao invés da entrevista por vídeo chamada. Uma das características do estudante é ser oralizado e utilizar a língua portuguesa como primeira língua. Assim, os dados foram coletados de maneira escrita, por escolha do estudante. O formulário contém onze perguntas abertas e foi dividido por seções: a primeira conta as suas experiências e trajetória escolar; a segunda trata sobre o seu ingresso na universidade e, por fim, a terceira e última seção que aborda sobre as contribuições das ações afirmativas para o seu ingresso na universidade.

O tratamento das respostas do questionário foi realizado pelo método da análise do conteúdo, assim, fizemos uma pré-análise dos dados apresentados, em seguida exploramos o material e organizamos os dados por meio da categorização que nos possibilitou evidenciar “um caminho de ordenação da realidade investigada, na intenção de apreendê-la conceitualmente” (JÚNIOR *et al*, 2010, p. 35).

A interpretação desses dados foi feita a partir de inferências e interpretação com o auxílio do referencial teórico, de estudos já realizados neste segmento de pesquisa. Dessa forma, também recorreremos ao uso de documentos legais como a já mencionada



Lei que rege a política de cotas no Brasil e o Decreto 5.626/05 que considera deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais.

SURDEZ E RAÇA: (RE) DISCUTINDO CONCEITOS IMPORTANTES ACERCA DA DUPLA IDENTIFICAÇÃO

Para que possamos discutir as questões sobre a inclusão de pessoas negras e surdas, precisamos ter em mente a diversidade cultural e identitária que constitui esses sujeitos, tendo em vista que ele se localiza em uma dupla identificação. Logo, é necessário conhecer os diferentes contextos que circundam a existência da comunidade negra surda. Nessa perspectiva, ao tecer reflexões acerca do relato de experiência do estudante em tela, levamos em consideração a diversidade que compõe as vivências de sujeitos negros surdos.

Ao reconhecer a pluralidade social existente na constituição da nossa sociedade, que envolvem temas relacionados às questões linguísticas, religiosas, raciais, de gênero entre outras, consideramos que estes são imprescindíveis para aprofundar os conhecimentos quando pretendemos debater a pluralidade que envolve a constituição do sujeito, mas que não conseguiríamos trazer de maneira satisfatória nesta proposta de texto que se organiza com o cunho mais conciso e direcionado. Assim, nosso foco está no aprofundamento das questões que envolvem o sujeito negro e surdo, refletindo sobre a inclusão desse sujeito, por meio das ações afirmativas, considerando sua dupla identificação.

A trajetória do povo surdo é marcada pelo empenho em preservar seus costumes e desfazer a imagem criada pelos ouvintes de que surdos não poderiam ter nada que lhes fosse próprio, isto é, não teriam capacidades próprias tais como língua, cultura e identidade. Com um processo natural os surdos encontraram em seus “semelhantes” um meio para desenvolver suas experiências visuais e criarem suas relações sociais, visto que “O encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda, é como um abrir do baú que guarda os adornos que faltam ao personagem” (PERLIN, 2005, p. 54).

Nessa perspectiva, percebemos que, ao longo das mudanças históricas, os indivíduos surdos lutaram pelo direito de ser surdo, combater a repressão linguística e



participar da sociedade de maneira atuante em busca de identidades próprias baseadas em sua cultura.

A partir de processos sócio-históricos como os movimentos sociais, da conquista de direitos e do reconhecimento linguístico é construída a identidade negra surda, vinda de uma sequência de lutas sociais, de longos processos de (re) construção de conceitos. Podemos citar como marcos legais importantes na inclusão de sujeitos negros surdos a Lei N° 10.436/02 que reconhece a Libras enquanto língua, atuando como forma de comunicação e expressão do povo surdo e a Lei N° 10.639/03 que torna obrigatório o “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

Torna-se imprescindível destacar que, para além das questões que envolvem a aquisição da Língua Brasileira de Sinais - Libras, enquanto primeira língua para surdos sinalizadores, devemos levar em consideração aqueles surdos que não se utilizam da língua de sinais, mas que possuem sua identificação enquanto sujeito surdo. Mesmo entendendo a importância que uma língua desempenha na cultura e identidade de um povo, há outras questões que são inerentes às existências desses sujeitos e precisam ser compreendidas. É exatamente neste lugar que se encontra o estudante entrevistado, oralizado e não fluente em Libras, ele tem sua identidade constituída também a partir do “ser surdo”, ainda que esta não esteja especificamente atrelada à Língua Brasileira de Sinais.

Quando falamos nas vivências desses sujeitos duplamente identificados é importante considerar o papel desempenhado pelos movimentos sociais no reconhecimento de diferentes identidades. Ressaltamos que cada movimento busca trazer em sua essência a identificação entre seus pares, ou seja, o compartilhamento de ideias e de crenças.

Nesse sentido, podemos citar o Movimento de Negros Surdos que ganha força ao trazer questões relevantes ao desenvolvimento dessa comunidade, tendo como base o reconhecimento e o respeito à interseccionalidade relacionada ao “ser negro surdo” encarando-os enquanto constituintes de uma língua, culturas e identidades legítimas,



afastando-os da marginalização para atuarem na sociedade como cidadãos plenos de direitos e deveres.

Dentre importantes manifestações da comunidade negra surda podemos citar o Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo (CNISNS) ocorrido em 2008, que teve como principais objetivos: Chamar a atenção para os demais membros da sociedade de que os negros surdos têm sido excluídos e esquecidos de uma participação social plena; promover uma percepção da etnia relacionada ao negro surdo (GELEDÉS, 2009). Pensar nas reivindicações do Movimento nos ajuda a entender como estes sujeitos são marcados pelos estigmas que se fazem presentes tanto pela ausência da audição quanto pela cor da pele. Lutar por seus direitos em busca da humanidade que muitas vezes lhes foi negada, torna-se uma forma de resistir

Nessa perspectiva, podemos dizer que a eclosão de diferentes movimentos sociais trouxe a defesa de identidades próprias que são construídas com base em convicções individuais que se representam a partir da junção de um coletivo. A luta e o reconhecimento do Movimento de Negros Surdos trazem a transposição de barreiras através da resistência organizada coletivamente.

A partir desse contexto de embates em prol da inclusão de sujeitos negros surdos, pudemos entender a importância de ações que busquem garantir a participação desses sujeitos nos meios sociais, respeitando suas singularidades. A partir do que foi discutido sobre a identificação de pessoas negras e surdas, poderemos analisar como as ações afirmativas podem influenciar no desenvolvimento socioeducacional destes que por vezes foram impedidos e silenciados.

TRAJETÓRIA DE UM ESTUDANTE NEGRO SURDO PARA INGRESSAR EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

A fim de compreender o legado das ações afirmativas na vida de um estudante negro surdo aprovado em uma Universidade Federal nos debruçamos na coleta e análise de sua narrativa. Dessa forma, para melhor analisar, dividimos as perguntas em blocos que trazem informações sobre as experiências do estudante, sobre o seu ingresso na universidade e sobre a contribuição das ações afirmativas nesse processo.



- **A experiência de um estudante negro surdo**

O estudante José tem 19 anos, tem surdez bilateral profunda e se identifica enquanto pessoa negra. Entrou na universidade através da cota L14⁵ no curso de Odontologia. Este fato começa a nos mostrar o papel que a política de cotas desempenha na vida de pessoas que, como José, fazem parte de um grupo que foi inferiorizado ao longo da história. Nesse contexto, Santos (2019), em seu estudo sobre o acesso de estudantes negros surdos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), nos aponta que no ano de 2014 o número de discentes negros surdos matriculados nos cursos de Letras Libras teve um significativo aumento de 320%, em relação ao ano anterior, o que pode indicar uma ampliação relacionada à aprovação da Lei de Cotas 12.711/12.

O referido estudo nos ajuda a entender que o curso do Letras Libras se estabeleceu como uma grande porta de entrada para estudantes negros surdos nas IFES. Contudo, hoje já podemos notar que a ocupação de outros cursos por estes estudantes está cada vez mais frequente, como é o caso de José que está matriculado em um curso de grande concorrência na área da saúde. Sua entrada na universidade ganhou grande repercussão, pois ele foi o primeiro estudante negro surdo de um Colégio Militar a entrar na Universidade Federal no Estado em que reside.

Ao perguntarmos sobre seu processo identificação como pessoa com deficiência/surda e como pessoa negra, José nos relata que desde a infância percebe sua diferença em relação aos outros, a dupla discriminação também fez parte do seu processo educativo, destacamos o trecho que ele fala que: “na minha infância eu percebi que eu era diferente dos outros pelo fato que eu usava aparelho auditivo e também sofria *bullying* na escola pela minha cor” (JOSÉ, 2021. Questionário online).

Podemos perceber com a fala que a discriminação sofrida por meio do *bullying* foi algo marcante para ele, tendo em vista que é o fato que vem a sua mente quando questionado sobre sua identificação. A dor aqui se caracteriza como um fator que está envolvido nesse processo de tornar-se negro surdo em uma sociedade que muitas vezes não está preparada para acolher suas singularidades.

⁵ Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).



Ao pensar nas experiências vividas por negros surdos, é imprescindível entender que sujeitos duplamente identificados pela surdez-raça são atravessados por diferentes questões que envolvem a necessidade de transpor barreiras que são erguidas a partir de uma perspectiva ainda mais ampla. São modos distintos de ser e estar no mundo, pois para uma pessoa com deficiência e negra a descoberta de si pode torna-se ainda mais complexa.

O sofrimento pelo preconceito se reafirma quando questionamos a José se ele havia sentido algum tipo de dificuldade na escola por ser negro ou por ser surdo, pois ele nos diz que:

Várias vezes, sem dúvidas. Na sala de aula não entendia nada e eu só ia para anotar as coisas pra estudar no reforço. muitas vezes não queria ir para escola porque eu sofria muito bullying só pelo fato de ser eu, mas minha família sempre mostrou o apoio e me ajudou a chegar até onde eu cheguei! (JOSÉ, 2021. Questionário online).

Ser quem se é parece ter sido um fator decisivo quando pensamos na não inclusão que José nos relata. Podemos notar como o peso da discriminação pela surdez e pela cor aparece nas falas do estudante, que precisa encontrar em sua família apoio para se enfrentar a adversidades. A sala de aula, ou a escola como um todo, muitas vezes pode ser um lugar de não acolhimento quando falamos sobre o respeito às diferenças. Acreditamos que a identidade negra e surda é também construída durante a trajetória educativa desses sujeitos, com isso: “a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como as outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma” (GOMES, 2005, p. 44).

Ao falar de sujeitos estigmatizados como “diferentes”, notamos como as instituições educacionais, sobretudo a escola, têm um papel estruturante no que se refere à descoberta e ressignificação dessas diferenças, visto que é na escola que acontecem os primeiros contatos fora do âmbito familiar com a diferença do outro e com nossas próprias idiossincrasias a partir de modelos pré-estabelecidos como “normais”. Assim, entendemos que “a identidade e a diferença, para serem compreendidas, devem ser analisadas na cultura e nos sistemas simbólicos que as forjam” (SOUZA; ALMEIDA; SILVA, 2021, p. 87).



Defendemos aqui a importância de conceber escola como um lugar de construção de conhecimento, para todos, que ela se concretize como espaço em que a educação assuma um papel transformador com vistas a um projeto emancipador na sociedade, pois é a partir dela que os educandos podem se enxergar como sujeitos e cidadãos. A prática educativa é um constante descobrimento de si, ou como (FREIRE, 2014) chama a atenção para a necessidade do sujeito humano se assumir socialmente e historicamente. É através da educação que começamos a entender quem somos enquanto sujeitos sociais.

Nesse sentido, a educação se constitui como uma das principais ferramentas para mudança social, pois ela pode atuar como instrumento de autoconhecimento e construção de referências para o estudante negro (surdo ou ouvinte), além de proporcionar informações ao estudante não negro que tem a oportunidade de, por meio do conhecimento, contribuir para a quebra de antigos paradigmas discriminatórios que foram impostos durante nossa constituição enquanto nação. Acreditamos que “a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados” (MUNANGA, 2005, p. 17).

Outro ponto importante destacado na fala de José se refere à importância da presença da família como forma de transpor as barreiras, a estrutura familiar tem um papel fundamental quando pensamos no desenvolvimento de crianças, sobretudo, daquelas que necessitam de algum tipo de atendimento específico. Pois, a família tem a possibilidade de estabelecer vínculos afetivos que são fundamentais para a construção da confiança e consequente autonomia da criança com deficiência.

Quando falamos sobre o seu desenvolvimento escolar José nos conta das dificuldades que sentiu em relação às suas especificidades linguísticas:

Acredito que apesar das dificuldades me fez evoluir muito. Com certeza, eu tive dificuldade na sala de aula, tinha vários professores que falava muito rápido, tinha barba e não dava pra entender e muitas vezes andava pela sala de aula dando aula, e quando ia anotar no quadro virava o rosto e não dava pra entender, porque eu dependo TOTALMENTE da leitura labial (JOSÉ, 2021. Questionário online).



José é usuário de implante coclear, o que contribui para sua comunicação, mas que, por si só, não garante a sua inclusão de maneira efetiva, pois há diversos fatores que estão envolvidos na acessibilidade da pessoa surda e que devem ser levados em consideração. O avanço tecnológico é, sem dúvidas, um fator crucial quando pensamos em acessibilidade comunicacional de sujeitos surdos, mas precisamos ter em mente a importância do acesso ao conhecimento sobre os diversos contextos que envolvem a surdez e as vivências das pessoas que por ela são atravessadas.

Com isso, por necessitar da leitura labial, José por vezes acaba dependendo, de alguma forma, do entendimento do outro sobre suas necessidades específicas. A acessibilidade para estudantes surdos está intimamente ligada ao reconhecimento da sua especificidade linguística, já que esta está atrelada às experiências visuais que vão construir, em maior ou em menor grau, suas vivências.

Ao pensar na diversidade que faz parte do “ser surdo”, iremos nos deparar com a existência de surdos oralizados, implantados, sinalizadores entre outras formas que podem ser desenvolvidas para a comunicação e interação social. Acreditamos na constituição de identidades diversas que se apresentam em um sujeito multifacetado. Logo, não nos baseamos aqui em um modelo único do “ser surdo”, pois todas as existências precisam ser consideradas. Seja através da Língua Brasileira de Sinais - Libras ou por meio de artefatos tecnológicos como o Aparelho Auditivo (AASI) e o Implante Coclear (IC), é possível construir uma sociedade mais inclusiva, tendo como base o respeito e a compreensão do humano em suas singularidades.

- **O seu ingresso na universidade federal**

Pelos relatos de José pudemos perceber como a constituição de sua identidade foi marcada por tortuosos momentos de discriminação e exclusão, mas que, apesar do contexto de dificuldades, o estudante conseguiu ingressar em uma Universidade Pública. Sobre sua trajetória de estudos, José nos conta que:

Não fiz nenhum curso pra me preparar na universidade e nem me preparei pro Enem, 2019 foi o ano que eu mais estudei na minha vida que eu ia pro reforço de 13hrs e terminava as 22hrs e chegava em casa super tarde só pelo fato de que eu sou surdo e eu não entendia na sala de aula e que eu tinha que correr atrás mais do que todo mundo, pelo fato que os ouvintes conseguem escutar na sala de aula e tinham conhecimento á frente. Então 2020 ano passado tinha máximo



dificuldade pra entender aula EAD com professores, então não participava do EADS e tinha um professor de geografia e de matemática que fazia aula comigo só eu e ele pra eu acompanhar direitinho, falava devagar porque eu dependo da leitura labial! (JOSÉ, 2021. Questionário online).

O estudante nos mostra a necessidade que sente de se esforçar ainda mais para conseguir desenvolver sua aquisição de conhecimento, pois ele precisa derrubar diversas barreiras para estabelecer um processo de aprendizagem que lhe seja válido. Avaliando as dificuldades enfrentadas por José notamos que a falta de formação adequada de professores para lidar com as diferenças pode se caracterizar como um dos principais fatores de não inclusão. Não se pode construir um ensino inclusivo sem levar em consideração na elaboração das práticas pedagógicas as realidades culturais, linguísticas, históricas, sociais e políticas de cada sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem.

São diversas questões que precisam ser analisadas quando pretendemos debater a inclusão de pessoas negras surdas. Há a necessidade de mudanças que vão desde a reformulação das propostas curriculares até adequação das práticas realizadas no ambiente escolar. Assim, acreditamos que para uma inclusão educacional efetiva é preciso que se estabeleça um diálogo intercultural que “pressupõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considere a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala” (GOMES, 2012, p. 105).

Estes são alguns desafios enfrentamentos que podem se apresentar ao longo do desenvolvimento escolar de estudantes negros surdos. Apesar da diversidade que compõem suas existências, há pontos de convergência que atingem a maioria, mesmo que aconteçam em graus e formas de realizações diferentes. Assim, a partir da fala de José, notamos que além da cor da pele, a falta acessibilidade comunicacional se caracteriza como um ponto crucial para sua não inclusão. Logo, percebemos que aqui se apresenta “o grande desafio dos espaços educativos no Brasil: educar para o enfrentamento e para a solução de problemas sociais que impactam diretamente na qualidade de vida dos povos subalternizados viabilizando igualdade e equidade de direitos” (SOUZA; ALMEIDA; SILVA, 2021, p. 95).

Podemos depreender a urgência em se (re)construir um sistema educacional mais equânime, no qual a igualdade possa supor também “[...] o respeito do indivíduo



naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade, pois fazendo isso, elas contribuem a enriquecer a diversidade cultural geral da humanidade” (MUNANGA, 2004, p.7).

Nesse sentido, a educação que proporciona conhecimento acerca da diversidade que constitui a sociedade também é a mesma educação que se prepara para acolher as diferenças. A chave que abre as portas da inclusão está localizada no entendimento da educação como força motriz que orienta os caminhos trilhados na construção de uma sociedade que se preocupa com o outro, ao respeitar suas especificidades.

- **Contribuição das ações afirmativas**

Por tudo que nos foi apresentado até aqui, pudemos ter uma noção de como as ações afirmativas, mais especificamente a políticas de cotas, se configuram como um fator decisivo para a entrada do estudante entrevistado na universidade. Ao analisar suas dificuldades entendemos os degraus cotidianamente alcançados para que o estudante pudesse realizar seu desejo de estudar em uma Instituição Federal de Ensino Superior. A entrada de José na academia representa além de um esforço individual, uma luta coletiva em prol da inclusão dos grupos historicamente marginalizados, que por vezes foram calados em uma sociedade na qual o “silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar” (GOMES, 2012, p. 105).

Nesse sentido, a política de cotas é um legado que representa a correção das desigualdades sociais e raciais acumuladas ao longo dos anos no nosso país. Durante muito tempo o sistema educacional de Ensino Superior foi marcado pelo desequilíbrio do acesso e permanência das pessoas não brancas a este segmento de ensino.

Essas desigualdades foram estabelecidas desde o período colonial, com o sistema mercantil escravocrata em que pessoas negras eram retiradas do seu local de origem e trazidas para o Brasil e assim submetidas ao processo de escravidão. Deste modo, o nosso país foi um dos últimos a abolir o sistema de escravocrata, com a assinatura da lei Áurea Lei 3.353 em 13 de maio de 1888, marcando o fim da escravidão, mas o início das desigualdades sociais. Kabengele Munanga afirma que:

A Lei 3.353 de 13 de maio de 1888, que deu por extinta a escravidão, não trouxe para os ex-escravos negros e seus descendentes a plena cidadania. Após a abolição, das senzalas, as populações negras partiram para as margens. Isso



ocorre tanto no sentido físico quanto social. O processo de enfavelamento urbano, a partir daí, se agigantou. [...] De um lado a desvalorização profissional representada pelo aviltamento salarial, de outro, um aspecto mais grave porque de ordem psicológico, o estigma secular de ter sido escravo por tanto tempo - cerca de três séculos e meio (MUNANGA, 1996, p.115).

Por não haver nenhum tipo de integração social, econômica e educacional, às pessoas negras foram negligenciadas e marginalizadas socialmente neste processo, gerando assim as discrepâncias entre ricos e pobres. Hoje estamos a mais de um século que se deu o fim da escravatura e verificamos que as desigualdades entre brancos e negros se faz presente de diversas maneiras através do racismo, da intolerância e do preconceito.

Em uma perspectiva de mudança, a educação é uma ferramenta importante na ascensão do povo negro em nossa sociedade. Considerando que as ações afirmativas, como a política de cotas nas universidades, fazem com que os afro-brasileiros consigam elevar seu nível educacional e potencializar sua atuação na sociedade. Estabelecendo, dessa maneira, uma retratação histórica de integração social a esse grupo.

Quando perguntamos sobre sua opinião no que se refere às ações afirmativas e seu desenvolvimento educacional, José nos afirma que “sistemas de cotas contribui para inclusão de negros do ensino superior” (JOSÉ, 2021. Questionário online), enfatizando ter sido de grande “ajuda para meu ingresso na faculdade” (*Ibidem*). Em concordância com Gomes (2012, p. 99), entendemos que:

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidades, condições de vida, sofrimentos e vitórias.

Com isso, entendemos que apesar das dificuldades narradas pelo estudante, ele nos relata que conseguiu entrar no curso que sempre desejou. Apaixonado pela profissão que vai exercer, que é a mesma de sua mãe, José nos ajuda compreender como a política de ações afirmativas têm sido efetiva em sua trajetória. A possibilidade de realizar um sonho, que por vezes pareceu distante pela falta de acessibilidade, hoje está se concretizando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com base na narrativa de José pudemos ter uma noção de parte de sua trajetória educativa ao refletirmos como as ações afirmativas foram decisivas para o seu ingresso na Universidade Pública. Tendo em mente a multiplicidade de sentidos e experiências que constituem a vida de pessoas negras surdas, conseguimos nos aproximar da história de vida de José, que nos apresentou uma perspectiva particular, mas que reflete a existência coletiva de um grupo social.

A vivência de José nos mostra um caminho possível para inclusão socioeducacional de sujeitos como ele, que apesar das dificuldades pôde encontrar na família e na política de ações afirmativas uma motivação para seguir em frente. As ações que subsidiam o estudante hoje são frutos de lutas travadas durante décadas, esforços de uma mobilização social que resistiu para construir um legado em que todos tenham a oportunidade de participar da sociedade de maneira ativa.

Dessa forma, refletimos com esta experiência sobre o processo educativo do indivíduo negro surdo, buscando meios que possam proporcionar uma formação que contemple sua constituição enquanto sujeito de direito, tendo em mente que a surdez, enquanto diferença linguística, e a negritude, enquanto sentimento de pertença, contribuem para sua formação enquanto ser social e precisam ser entendidas e respeitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei 12.711* em 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 30 ago. 2012.

BRASIL. *Lei 10.639/2003*. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em 20 de agosto de 2021.

BRASIL. *Decreto Nº 5.626/2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 20 de agosto de 2021

BRASIL. *Lei 10.436/2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GELEDÉS. *II Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo*, 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ii-congresso-nacional-de-inclusao-social-do-negro-surdo/>> Acesso em: 10 de julho de 2021.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação ciência, 1996. p.115.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In___*Superando o Racismo na Escola*. 2°. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 15-20.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In:___BRANDÃO, André Augusto P. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 2004.

PERLIN, Gladis. “Identidades Surdas”. In:___ *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

JÚNIOR, M. B. M. S. et al. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. *Movimento*, vol. 16, núm. 3, julho-setembro, 2010, pp. 31-49. Disponível em < <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/11546> > acessão em 25 de agosto de 2021.

OLIVEN, Arabela. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*, v. 30, n. 1, 2007. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/580.pdf>. Acessado em 26.08.2021.

SANTOS, Rhaul de Lemos. *Negros/as Surdos/as no Ensino Superior: Mapeando Cursos de Graduação de Letras Libras*. Curitiba. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2019.

SOUZA, Izanete Marques; ALMEIDA, Eliana do Sacramento de; SILVA, Ana Lúcia Gomes da. EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 13, n. Ed. Especial, p. 82-102, abr. 2021. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1237>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, Petronilha. B. G.; MORAIS, Danilo. S. *Ações afirmativas – perspectivas de estudantes da reserva de vagas*. São Carlos/SP: EdUFSCAR, 2015.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. “Lei das cotas” e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 573-593, nov. 2015.



Recebido em: 30/08/2021

Aprovado em: 26/09/2021